

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda o problema das rodovias catarinenses.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se aos problemas da Saúde.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Discute o projeto de lei n. 0302/2012.

Partidos Políticos

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pronuncia-se a respeito da Guerra do Contestado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao I Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Aborda a permuta de imóvel que pertence ao município de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da suspensão da greve dos servidores públicos estaduais da Saúde.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Reporta-se aos dois anos de falecimento do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a entrega de alguns equipamentos para o hospital municipal de Navegantes e sobre a investigação na Polícia Militar de uso de diplomas falsos.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Defende o ensino a distância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tivemos, no final de semana, mais um movimento grande nas rodovias com a questão dos congestionamentos e do problema da nossa BR-101.

Vinha hoje de Balneário Camboriú e na BR-101, com todos os radares e todos aqueles equipamentos de monitoramento da rodovia, vimos que o trânsito estava obedecendo a uma velocidade aproximada de 100km/hora, segura e tranquila, o que se leva a perceber uma regularidade dos motoristas. Um e outro mais apressado e esperamos que, com o sistema de monitoramento, possam ser punidos, para que tenhamos principalmente um trânsito sem vítimas onde é possível.

Nos últimos dias, começaram a implantação, deputado Ismael dos Santos, no oeste do estado, de

vários equipamentos de monitoramento, como radares eletrônicos, enfim, todas as formas de redução de velocidade. À primeira vista todos se manifestam contrários, é quase como quando começamos a ter a obrigatoriedade de usar o cinto de segurança, mas entendo que as pessoas vão se adaptar.

Ante o elevado número de vítimas nas rodovias catarinenses, acredito que mesmo causando alguns transtornos, esse equilíbrio nas cidades vai melhorar o trânsito no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, apenas quero fazer um desabafo.

Quero parabenizá-lo pela intervenção, acredito que é positivo, é saudável e educativa, pois não é qualquer ação de monitoramento, mas o que nos deixa indignado, e v.exa. como eu passamos quase todos os dias pela BR-101, por exemplo, hoje pela manhã, de Itajaí até a capital houve pelo menos três locais de interrupção da pista dupla, por quê? Para fazer pequenos reparos, pintura, limpeza, trabalhos que poderiam ser feitos em período noturno, da meia-noite às 6h. Daí o nosso projeto de lei nesta Casa, estou insistindo nesse projeto para que agora encontre guarida para que de fato essas pequenas intervenções cirúrgicas sejam feitas no período noturno, para que possamos dar essa tranquilidade àquele que trafega na BR-101, em especial aos nossos caminhoneiros e àqueles que possuem o seu compromisso no dia a dia.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado pelas palavras, deputado Ismael dos Santos. Concordo plenamente. Esses dias, inclusive, conversávamos no canal 100, da Rádio Menina, com o nosso amigo Tigrão e falávamos dessa questão da administradora da rodovia se sentir dona, de fazer os reparos à hora que bem entende. Claro que pagamos para ter uma rodovia em boas condições,

mas queremos também que seja respeitado o trânsito e a necessidade das pessoas.

Então, entendo que a manutenção deve com certeza ser priorizada para o período noturno, para a madrugada, e não vejo nenhum problema para a empresa fazer esse tipo de trabalho, também isso vai beneficiar com certeza toda a nossa população e todos os usuários das nossas rodovias, seja por ter um horário definido, seja, muitas vezes, num caso de emergência, a rodovia precisa, sim, estar à disposição do nosso cidadão. Mas faço essa manifestação, até porque recebemos um expediente do prefeito de Biguaçu, sr. José Castelo Deschamps, convidando os deputados e toda a população para participar da audiência pública que será realizada hoje, dia 16 de outubro, às 18h, no Centro de Eventos Petry, para dizer não ao início da construção da alça do contorno norte, a partir do centro urbano de Biguaçu.

O projeto inicial, como vi no *Diário Catarinense*, de hoje, sairia na altura do KM175, no bairro Estiva, em frente a Governador Celso Ramos. E, agora, existe um traçado mais curto do anel viário, previsto para começar na ponte de Biguaçu. Com o trânsito que já enfrentamos hoje, com o movimento de veículos atual, torna-se inviável esse anel viário a partir de Biguaçu, então imaginem com o passar dos tempos.

Então, o projeto original que prevê o contorno iniciando no bairro Estiva, na altura de Governador Celso Ramos, vindo por Biguaçu e saindo depois no KM 218, é o projeto que todos querem, que devemos discutir com a sociedade. Esse é o projeto que a população de Biguaçu, de Palhoça e da Grande Florianópolis precisa que seja executado. E é importante dizer que esse projeto do contorno viário já completa 14 anos de discussões, e ainda sabemos que existem as questões ambientais para serem discutidas.

Então, ainda há a previsão de um longo período com problemas de congestionamentos na BR-101, no trajeto da Grande Florianópolis, ou seja, desde Biguaçu até Palhoça. Enfim, todo esse projeto deve ser executado não de uma forma paliativa, em que

recursos públicos são empregados e infelizmente o resultado esperado não é atingido. Esperamos que efetivamente os órgãos competentes participem desse debate, que possamos mudar, aprovar e convencer principalmente o governo federal para que essa obra seja realizada no traçado original, para que venha, quando concluída, atender às necessidades do trânsito da Grande Florianópolis.

Essa é a nossa manifestação. Quero endossar o pedido do prefeito Castelo para que todos participem dessas audiências públicas e que tenhamos a definição pelo traçado original do contorno da BR-101 na Grande Florianópolis.

Para finalizar, gostaria de registrar a presença do Flávio Souza, o sexto vereador mais votado em Bombinhas. Não entrou até pela questão da legenda, mas quero parabenizá-lo. Cumprimento também o Edson, de Itapema, que visita esta Casa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, cumprimento todos os prefeitos eleitos em nome do nosso ilustre visitante Antônio Honorato, prefeito eleito de Pescaria Brava, primeiro prefeito do município recém-criado, há dois anos. Essa foi a primeira eleição. Meus cumprimentos e em nome dele aos nossos 25 prefeitos do PSDB e aos 31 vice-prefeitos, aos mais de 340 vereadores que se elegeram no estado de Santa Catarina.

Nesta semana, no dia 18 de outubro, vamos comemorar o Dia do Médico. E ocorrem inúmeros eventos em homenagem aos médicos, mas principalmente para lembrar os problemas da saúde no estado.

Aqui, quero cumprimentar o presidente do sindicato dos médicos, doutor Ciro Soncini; o presidente da Associação Médica Catarinense, doutor Aguiel José Bastian, e o presidente do Conselho Regional de Medicina, que também é o

presidente do Conselho Superior dos Médicos, doutor Vicente Pacheco de Oliveira. Essas três entidades, nesta semana, especificamente, fizeram um movimento no Hospital Infantil, principalmente dirigido ao Hospital Infantil, mas que também lembra toda a questão da Saúde de Santa Catarina.

Também quero destacar que o secretário da Saúde, doutor Dalmo de Oliveira, por recomendação e encaminhamento do governador Raimundo Colombo, têm feito inúmeros investimentos em toda a área da Saúde, transferido recursos para os hospitais conveniados. E está programado para o PAC da saúde investir praticamente R\$ 500 milhões na construção de novos hospitais, na ampliação de outros hospitais, na criação de novos leitos de UTI, que somando ultrapassam ou chegam, praticamente a mil leitos hospitalares, que serão implantados em breve, dentro dos próximos dois anos no estado.

Mesmo com esse esforço precisamos lembrar que, infelizmente, a saúde está muito carente, ainda requer muitos recursos tanto para a construção, compra de equipamento e, principalmente, precisa contratar mais funcionários, sejam enfermeiros, técnicos, médicos, para prestar o atendimento.

Todos nós testemunhamos que o Hospital Regional de São José carece de médicos. E inúmeras vezes fizemos pronunciamentos destacando a falta de médico, ressaltando a inexistência de leitos vagos, a existência de salas de cirurgias fechadas por falta de médicos, por falta de anestesista, por falta de funcionários para dar o devido funcionamento. Existe a estrutura, porém ela está parada, porque não existe quem comanda.

E na questão do Hospital Infantil que eu vi nascer, quando era acadêmico, já passam de 30 anos, quando feito já tinha 200 leitos. Desses 200 leitos, 80 leitos estão fechados. Por que fechados? Porque não tem funcionários para fazer funcionar. Tem oito salas de cirurgia, mas somente três funcionam, cinco estão paradas.

Inúmeras vezes a equipe de neurocirurgia desloca-se para fazer uma cirurgia no Hospital Infantil, porque o hospital tem equipamentos, tem todas as condições para realizar essas cirurgias

lá, porém, quando a equipe está por iniciar, estando toda a família mobilizada naquele dia, a UTI avisa que não tem vaga na UTI para colocar o paciente depois da cirurgia, e automaticamente a cirurgia é suspensa.

O serviço de cardiologia, por exemplo, tem um médico e dois funcionários. Como vai fazer funcionar uma UTI cardiológica ali no hospital?

Então, observa-se que além de investir na construção, que é salutar, bom, mas nós precisamos dar o total apoio ao secretário da Saúde. E daremos total apoio às iniciativas do governador nesta Casa, justamente para que possamos utilizar em primeiro lugar a estrutura que já existe e que o mais barato ainda é a contratação de funcionários para fazer funcionar. Aliás, o concurso já foi feito em abril e homologado em maio, basta contratar. Tanto é que foram contratados mais de 600 funcionários, considerando de 50 a 60 médicos, enfermeiros, no Hospital Regional, o que já modificou o quadro ali.

Hoje, seguramente, para fazer funcionar os 80 leitos parados, as cinco salas de cirurgia fechadas, paradas por falta de funcionários e a UTI igualmente, com 500, 600 funcionários e com o concurso que já existe poderia atender a uma população que está precisando desse serviço.

Hoje, quando chegava ao Hospital Infantil para fazer aquela manifestação, sendo que eu representei a Assembleia, estavam lá mais de 50, 60 médicos, muitos funcionários, pais, até crianças estavam lá para dar o abraço no Hospital Infantil. E aconteceu de entrar pelo setor de atendimento diário, que não é emergência, chamado atendimento ambulatorial, sendo que lá estava uma família: o pai e a mãe com uma criança de um ano e três meses com oito quilos de peso, ou seja, baixo peso, e o médico da criança suspeitando que o fato se deva a alguma infecção urinária e, por isso, pediu o exame chamado uretrocistografia miccional. E a família, ao chegar ao balcão, querendo fazer o exame, foi informada de que infelizmente a máquina está quebrada faz cinco anos e ainda não foi arrumada e não sabem quando será. E a pergunta

feita foi: a onde será feito esse exame? Também não souberam informar.

Então, apenas para dizer da angústia daquela família de como resolver. Mas não é apenas a família, pois o médico da criança, os médicos do Hospital Infantil, ao suspeitarem de uma determinada enfermidade, que precisam confirmar o diagnóstico para daí fazer o tratamento, necessitam de inúmeros equipamentos que lá já existiam e que funcionavam há alguns anos, mas que pararam por envelhecimento, porque quebraram pelo tempo que estavam lá e não houve reposição nem atualização.

Por isso, quero me somar aqui a essa iniciativa do Cosemesc, do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, da Associação Catarinense de Medicina, do Coren, enfim, de toda a equipe da Saúde, que ao darem esse abraço no Hospital Infantil dão um abraço em todo o grande problema da saúde, que é possível resolver, mas precisamos de uma ação política urgente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, gostaria de saudar os parlamentares, toda a nossa imprensa, a TVAL e a Rádio Digital Alesc, enfim, todos que nos acompanham.

Quero trazer presente a temática que envolve o movimento nacional em defesa da saúde pública, lembrando aqui que é encabeçado por vários movimentos sociais, segmentos, entidades, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que encaminha neste momento um grande abaixo-assinado buscando a adesão popular no sentido de garantir o repasse de 10% da receita corrente bruta da União para a saúde pública no nosso país.

Parece-me que essa iniciativa popular vem exatamente desafiar o nosso governo para que de fato invista os 10% da receita bruta da União para

o atendimento à política de saúde pública no nosso país.

Esse movimento nacional está presente em todos os estados do nosso país e por isso assinamos embaixo essa iniciativa e ao mesmo tempo também conclamamos a nossa sociedade brasileira, independentemente da nossa cor partidária, do nosso envolvimento e do nosso comprometimento, para que possamos, além de divulgar, incentivar a nossa população a assinar esse abaixo-assinado que, com certeza, virá em benefício de toda a nossa sociedade. É preciso que sejam investidos sempre, cada vez mais, recursos públicos naquilo que é de obrigação do Poder Público, e nada mais justo quando se trata da saúde pública no contexto nacional.

Portanto, aqui quero lembrar a todos e a todas que terão a oportunidade de assinar para que também estejam sempre munidos do Título de Eleitor, documento necessário e fundamental para que o abaixo-assinado tenha a sua segurança. Portanto, então, faço esse apelo.

A segunda questão que eu gostaria de mencionar, deputado presidente Nilson Gonçalves, é que entramos com um projeto de lei nesta Casa, n. 0302/2012, que propõe que as maternidades públicas, privadas e estabelecimentos hospitalares incluam a identificação do fator RH e do grupo sanguíneo dos recém-nascidos como procedimento padrão. Temos hoje no contexto legal o Teste do Pezinho. E estamos através desse projeto de lei tentando incluir o teste do dedinho. A medida permite um histórico mais completo, real, na questão dos recém-nascidos.

Atualmente os recém-nascidos já passam pelo teste do pezinho, e nós queremos que essa política pública possa ser também estendida através do teste para identificação do fator Rh e do grupo sanguíneo dos recém-nascidos.

O teste do pezinho é obrigatório desde 1992. Nesse teste os médicos recolhem o sangue do calcanhar do bebê, no período entre três e sete dias de vida. Isso garante o diagnóstico precoce de doenças metabólicas, genéticas e infecciosas. O

teste que estamos propondo busca as informações que são importantes principalmente nos casos de urgência, e nesse aspecto a informação é extremamente fundamental na ocorrência principalmente de acidentes e também nos tratamentos de urgência que exigem transfusão de sangue. Por isso, a questão do fator Rh é fundamental para se garantir a sobrevivência das crianças recém-nascidas que eventualmente possam precisar de transfusão de sangue.

Nós vemos muitos casos de pessoas adultas que só descobrem o seu tipo sanguíneo nas ocasiões que precisam realizar algum procedimento, daí a necessidade profunda de se ter desde recém-nascida o conhecimento do tipo de sangue que qualquer pessoa tem.

Então, fica o apelo a todos os parceiros de Parlamento, aos nossos colegas deputados, porque o projeto já está tramitando nesta Casa, e certamente como temos assento nas diferentes comissões, e em todas passará o projeto, espero que possamos ter esclarecimentos e ao mesmo tempo olhar com muito carinho para essa matéria que trata do fator sanguíneo RH, para se saber desde cedo o tipo de sangue que o recém-nascido possui, sem a necessidade de esperar quando estiver em idade avançada e em um momento de urgência for preciso a identificação do tipo sanguíneo. Então, que todos já tenham essa identificação a partir desse projeto de lei, obrigando as maternidades públicas, maternidades privadas, estabelecimentos hospitalares a garantir esse teste, esse exame, para reconhecimento do tipo de sangue. Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, sr. presidente, caros colegas deputados,

imprensa que acompanha a nossa sessão. Este é um momento muito especial, primeiramente, por ter na nossa Casa, no meu gabinete, a visita do prefeito eleito em Pescaria Brava, Antônio Honorato Filho, primeiro prefeito desta cidade que foi emancipada.

Tivemos problemas judiciais, mas agora consolidou a sua emancipação com a eleição dos nove vereadores e do primeiro prefeito e vice-prefeito.

Quero cumprimentar o Honorato, meu particular amigo, pela sua história de luta pela emancipação do distrito desde os primórdios na Assembleia Legislativa, na comissão de Emancipação, e por todos os embates que teve para legalizar a emancipação. E agora ele se colocou à disposição da comunidade como candidato do nosso partido, o PSDB, tendo como vice o Reinaldo Cardoso de Souza, do PSD, sendo vitoriosos na eleição.

Quero desejar também a ele sucesso na caminhada como primeiro prefeito daquela cidade, pois conhecendo o seu perfil político como administrador e seu comprometimento comunitário, será, com certeza, um grande prefeito e terá não apenas o nosso apoio, o apoio do PSD, como de todos aqueles que têm corresponsabilidade com a região, que o auxiliarão no sentido de fazer aquele município prosperar.

Parabéns, Honorato, sucesso, e pode contar conosco.

Vamos aproveitar o horário do PSDB para fazer aqui também a nossa manifestação, já que demos entrada a um requerimento para a realização de uma sessão solene nesta Casa que, pela precedência, será realizada por proposição do deputado Antônio Aguiar, hoje à noite, em homenagem ao centenário da Guerra do Contestado, em que a nossa bancada, ainda na reunião de hoje, ao meio-dia, tratou do tema. Queremos nos incorporar a essa data marcante em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Guerra do Contestado: síntese histórica

A Guerra do Contestado foi o fato bélico mais importante da história de Santa Catarina

envolvendo a população sertaneja de um lado e forças militares nacionais e estaduais do outro.

O cenário foi o meio-oeste, o planalto central e norte de Santa Catarina, entre os vales dos rios Canoinhas (a leste) e do Peixe (o oeste), com os rios Negro e Iguaçu, ao norte, e o Rio Canoas e Campos Novos ao Sul, onde viviam cerca de 40 mil pessoas. Faz parte de área maior o espaço que antigamente se estendia ao extremo-oeste, na fronteira com a Argentina (atuais oeste catarinense e sudoeste paranaense), que constituía o Território Contestado, assim conhecido até 1917, quando da solução da questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

O evento que aconteceu em terras administradas por Santa Catarina e leste do Rio do Peixe, com auge que durou 26 meses, numa área de cerca de 15.000Km², é definido por estudiosos como 'insurreição xucra' ou 'guerra civil' para religiosos. Ocorreu uma 'rebelião de fanáticos' para sociólogos, houve um 'conflito social' para antropólogos. Foi um 'movimento messiânico' para políticos, uma tentativa de desestabilização das oligarquias para administradores públicos, aconteceu uma 'questão de limites' para militares, tratou-se de uma 'campanha militar' para socialistas, aconteceu uma 'luta pela terra'. Entretanto, para historiadores regionais da atualidade a Guerra do Contestado foi tudo isso simultaneamente.

A formação histórica do Contestado é impar. Não há uma motivação única com início, meio e fim para caracterizar o fato. Nesta proposição, depois de transcritos quase 100 anos, o evento é entendido como a insurreição do sertanejo catarinense, provocada pelo avanço do capitalismo na região, influenciada pela construção da ferrovia SPRG, pela ação danosa da madeireira Lumber Company, pela questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, pelo jogo de interesses coronelistas entre fazendeiros e políticos, pelo misticismo que havia entre caboclos, pela índole guerreira dos sertanejos.

Os combatentes militares, no auge da guerra, chegaram a 8.000 homens, sendo 7.000 soldados do Exército brasileiro, do Regimento de Segurança do Paraná, do Regimento de Segurança de Santa Catarina, e mais 1.000 civis contratados. Do outro lado, o Exército Encantado de São Sebastião, reuniu 10.000 combatentes envolvidos durante a guerra, considerando homens e mulheres, crianças e idosos.

Como evento complexo, tem-se que esse conflito eclodiu coincidentemente em tempo e espaço na junção de motivações sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais, não podendo mais ser analisado e discutido sob um único prisma ou tomado isoladamente por apenas um desses fatores. Foi o momento de ruptura forçada pelo imperialismo que decidiu limpar o espaço pela extinção do homem do Contestado e mudar a forma de ocupação do território, adicionando a nova ordem, capitalista, pela introdução com força de novo elemento, o imigrante de raiz europeia."

Dito isso, feito esse pequeno resumo histórico, gostaria de acrescentar que este deputado como secretário de Turismo, Cultura e Esporte pôde contribuir também na formação geográfica da exploração, no bom sentido, da região do contestado sob o ponto de vista turístico e cultural.

Denominada hoje como região turística do Contestado teve, através da criação de uma região turística, um momento de divulgação, de promoção e até de integração, visto que hoje há várias organizações locais e regionais que integram as várias regiões para a sua divulgação, do ponto de vista cultural, histórico e turístico.

Dessa forma, no ano passado, como relator do Orçamento do estado, apresentamos uma emenda para que, neste ano, possa ser incluída dentro da proposta governamental alguma ação específica para lembrar esse fato histórico memorável e talvez o mais importante para a história de Santa Catarina e que, infelizmente, hoje, sr. presidente, os nossos jovens, as nossas crianças, não conhecem e

muito pouco fala-se sobre isso, apesar de alguns historiadores fazerem o seu papel.

Lamento muito e espero em tempo que o governo do estado, através das suas áreas específicas, da Fundação Cultural, da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte ou através das próprias secretarias regionais possa ainda promover ações específicas no sentido de divulgar o centenário da Guerra do Contestado, a exemplo da sessão especial que ocorrerá na noite de hoje.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDEMNTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero com muita alegria anunciar a realização de um grande evento, hoje, nesta Casa: o I Simpósio Sobre Segurança Alimentar e Nutricional, que já é um grande sucesso. A participação foi além da nossa expectativa, mais de 500 pessoas, o plenário está completamente lotado, estão discutindo produção, propaganda, mídia, alimentação, o consumo saudável de alimentos e os seus impactos na vida das pessoas, desde crianças até a terceira idade.

Então, quero cumprimentar a Escola do Legislativo, a comissão de Saúde, esta Casa e também a comissão de Agricultura, que teve uma participação na realização desse evento.

Agradeço também o apoio de um grande número de entidades, como o Cepagro, o Cecane, a Conab, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Escola Sindical da CUT, o Consea, a Rede Ecovida e os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, com o governo federal participando desse grande evento que tem tudo a ver com o nosso futuro, das futuras gerações e com a qualidade de vida das pessoas, que terão mais saúde ou mais

doença no futuro. E quando tratamos desse tema na tribuna, ou em qualquer lugar deste nosso estado e na imprensa, sempre temos dito que o nosso alimento tem que ser o remédio para a nossa vida e para a qualidade de vida das pessoas.

Então, foram grandes palestrantes das mais diversas áreas. Hoje pela manhã tivemos a bela apresentação da sra. Maria Emília Pacheco, a nossa presidente do Consea nacional, o Conselho de Segurança Alimentar do nosso país, e também tantas outras exposições durante o dia de hoje.

Deveremos ter, sr. presidente, no final deste evento, nesta tarde, alguns encaminhamentos que dizem respeito também às políticas públicas aqui no estado de Santa Catarina, como o papel da Epagri no nosso estado no sentido de investir em pesquisa e extensão na produção do alimento de melhor qualidade, como o tema do controle do uso dos agrotóxicos, dos venenos, na produção agrícola e na produção de alimentos no nosso país.

Segundo dados de uma entidade importante, a Associação Nacional dos Consumidores, temos o equivalente, *per capita*, a 5k de agrotóxicos, de venenos, consumidos por habitante brasileiro. Esse é um dado assustador.

Há também a questão da transgenia, do produto geneticamente modificado e que nós estamos consumindo sem ter a dimensão do que isso significa para a nossa população, para as nossas crianças e para os nossos idosos.

E há tantos outros temas que já citava no início, e hoje não temos uma legislação que controla a publicidade, a propaganda, de produtos com excesso de sal e de gordura que causam tantos problemas, principalmente a obesidade, à nossa população.

Então, nesse seminário, com certeza, com os encaminhamentos que vão-se dando e com os debates que ocorrem, nós vamos ter grandes encaminhamentos e futuros debates, como já estamos discutindo uma campanha institucional, desta própria Casa, de esclarecimento à nossa população catarinense sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis.

Tivemos, na semana passada, como já pronunciamos nesta tribuna, um evento em Brasília para discutir a reconversão produtiva das propriedades, principalmente familiares, nessa questão da fumicultura e na produção de alimentos saudáveis.

Temos aí o grande debate do mercado institucional que pode oportunizar a milhares e milhares de agricultores de Santa Catarina a possibilidade de produzir um produto orgânico e receber, inclusive, um valor a mais como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos, um programa do governo federal que paga 30% a mais para um produto limpo e de qualidade para os mercados institucionais. E boa parte dos municípios já está fazendo a sua parte comprando a alimentação escolar e dando oportunidade para os agricultores e a população local.

Há também o grande debate, que é a alimentação das escolas estaduais ser de fato com gestão pública e, principalmente, com uma perspectiva de adquirir essa alimentação da agricultura familiar e proporcionar aos nossos agricultores a possibilidade de produzir um alimento diferenciado para ser usado pelas nossas crianças nas escolas.

Então, esse tema, que neste ano ganha corpo, avança na perspectiva da qualidade dos alimentos e na qualidade de vida das pessoas, dá um passo a mais no dia de hoje, que é o Dia Mundial da Alimentação. Tanto quanto ter o alimento suficiente para as pessoas que ainda não têm, avançamos muito nesses últimos anos, principalmente a partir do governo do presidente Lula, tirando mais de 20 milhões de pessoas da miséria neste país, com o Programa Fome Zero, não deixando as pessoas morrer de fome neste país.

Precisamos também discutir o tema sobre a qualidade dos alimentos para quem tem o suficiente para se alimentar, mais se alimenta mal, com alimentos de má qualidade, que causam prejuízo à saúde das pessoas, com isso causando grandes prejuízos aos cofres públicos deste país.

Então, esse debate do dia de hoje, essa caminhada que estamos dando, já é um alento. Mas esperamos que esta Casa enfrente essa discussão com mais profundidade. E que o dia de hoje consolide mais um passo importante nesta caminhada, envolvendo esse conjunto de organizações e entidades nessa discussão.

Por último, sr. presidente, neste dois minutos que me restam, quero aqui terminar falando do grande passo que o nosso Partido dos Trabalhadores deu nessa eleição municipal, tendo um crescimento significativo tanto nas administrações dos governos municipais conquistados quanto nos vice-prefeitos e vereadores no nosso estado, saltando de 237 para 308 vereadores e de 34 prefeitos para 44 prefeitos no estado.

Agora, no dia de ontem, a nossa executiva estadual encaminha uma orientação aos nossos municípios que têm segundo turno, principalmente Florianópolis e Joinville, uma indicação de voto e apoio ao partido da base do governo federal, que diz respeito à base do PMDB aqui, que hoje tem o vice-presidente.

Então, a indicação do partido é essa, e vamos fazer um debate com os municípios agora para os apoios caminharem nesse sentido, no segundo turno, em Florianópolis e Joinville. Em Blumenau temos ainda uma discussão a fazer, estamos ainda fazendo esse debate sobre o posicionamento do nosso partido, no que diz respeito ao segundo turno no município de Blumenau.

No mais é isso, e quero agradecer a oportunidade, sr. presidente, de estar aqui trazendo essa discussão em nome da bancada do Partidos dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr presidente, meu conterrâneo deputado Nilson Gonçalves, antes

de tudo quero lembrar-se do aniversário do meu pai, Ademir da Silva, que hoje completa 60 anos de muita luta, muita garra, também o grande responsável pela minha educação, um grande exemplo de vida para este deputado e para as minhas irmãs.

Quero lembrar que hoje pela manhã tivemos uma reunião na comissão de Constituição e Justiça, na qual tratamos da permuta de um imóvel da prefeitura de Joinville, que fica ao lado da Câmara de Vereadores de Joinville, pelo terreno, pelo imóvel onde está hoje uma sede abandonada do antigo Fórum da cidade de Joinville.

Estiveram hoje aqui, na Assembleia, os vereadores de Joinville, liderados pelo presidente Odir Nunes. Estiveram aqui os vereadores João Rinaldi, Osmari Fritz, Jucélio Girardi, Dalila Rosa Leal, Patrício Carlos Destro e Joaquim Alves dos Santos.

O projeto que foi tratado dispõe sobre a permuta desse imóvel ao lado da Câmara de Vereadores de Joinville, que pertence ao município de Joinville, com o prédio onde hoje está situado o antigo Fórum de Joinville, que vai passar a pertencer à Justiça Federal, que vai construir ali uma sede moderna e vai passar para o município o terreno ao lado da Câmara, que mais tarde vai ser permutado pelo terreno da Justiça Federal, onde funcionava a antiga secretaria da Habitação, onde vai ser construída a futura secretaria de Educação, da cidade de Joinville. O projeto é de interesse do município, já que a Câmara de Vereadores de Joinville tem um projeto de lei autorizativo para que essa permuta possa ser feita.

Então, como passou hoje pela comissão de Legislação, amanhã contamos com a ajuda dos nobres pares da comissão de Finanças para que também passe nessa comissão. Na semana que vem, na terça-feira, estaremos na comissão de Administração e Serviços Públicos também fazendo a análise e conseqüentemente a aprovação desse projeto de lei, para que na terça-feira à tarde consigamos fazer a votação, que é de importância para a cidade de Joinville.

Sr. presidente, gostaria também de aproveitar esta minha fala para agradecer ao governo do estado, ao governador Raimundo Colombo, ao senador Luiz Henrique, pelo empenho, e também ao secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, a quem em tempo agradeço, pelo início das obras da estrada do Rio do Morro, uma obra importante para a região sul da cidade, que vai fazer com que Joinville tenha um novo acesso, o que vai encurtar em muito o trajeto das pessoas que saem da zona sul de Joinville para as praias, para São Francisco, para Araquari e para a praia da Barra do Sul também.

Essa obra é demasiadamente importante e tem o prazo previsto para 15 meses. Então, estaremos lá. Os moradores de Paranaguamirim estão em festa para o início dessas obras. E estaremos também ajudando a fiscalizar, ajudando o governo do estado e o secretário Cobalchini a quanto antes fazerem a realização dessa obra.

Também quero, nesses últimos minutos que me restam, parabenizar o bispo dom Irineu, da diocese de Joinville, pelo lançamento do livro que retrata todas as obras sociais que a diocese de Joinville vem fazendo.

Gostaria de parabenizar o bispo dom Irineu e toda a diocese pelos trabalhos comunitários e sociais que vêm realizando na nossa diocese.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, prezadas deputadas, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Digital, nesta tarde de terça-feira, queria voltar a falar de um assunto ao qual me referi aqui na terça-feira da semana passada, que foi a suspensão da greve dos servidores públicos estaduais da

Saúde, que haviam começado a greve naquela manhã do dia 9 de outubro.

Houve a realização da assembleia naquela tarde, usando, inclusive, o espaço físico deste Poder, que deliberou pela suspensão da greve pelo tempo de 15 dias, a pedido do governo do estado que, no dia oito, no final da tarde, enviou esse encaminhamento, através de ofício, ao Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, o SindSaúde.

Acompanhei essa assembleia, inclusive, com bastante preocupação, porque todos que já participaram de alguma direção de entidade de caráter sindical sabem da dificuldade que é, quando um movimento dessa forma já começou, reunir todo mundo, racionalizar a questão e tirar uma alternativa.

O sindicato e o comando de greve defenderam a proposta de suspensão do movimento por 15 dias, justamente dando esse entendimento para a sociedade, essa baliza para as autoridades, esse acenar positivo, dizendo que de fato entendem que uma greve, no setor de Saúde, é bastante traumática para a população, para os trabalhadores e para todas as pessoas envolvidas.

No entanto, de lá para cá, da parte do governo tem-se ouvido um silêncio com relação à possibilidade de uma proposta efetiva, ou pelo menos, até o dia de ontem, ao sindicato não foi apresentado nenhum documento, nenhuma chamada para qualquer reunião junto ao governo do estado para que se possa encontrar uma saída.

Os trabalhadores da Saúde querem e merecem uma gratificação que possa inclusive complementar, que possa satisfazer parte das horas/plantão que eles realizam há 20 anos na Saúde e num processo a médio e longo prazo incorporando novos servidores e diminuindo as horas/plantão que realizam.

Então, a idéia do sindicato é justamente que a categoria cumpra as 30h semanais legais, que esteja descansando em outro tempo para que, no horário de trabalho, efetivamente, fazer o serviço bem feito, e evidentemente que para isso precisa ter um salário pelo menos razoável.

A proposta do governo de cortar a hora/plantão, com certeza, revoltou o conjunto da categoria, porque eles sabem que a sociedade precisa dos seus serviços. Estão faltando de dois a três mil servidores e que não poderiam ser substituídos por apenas 300 que o governo está contratando. E, portanto, seria também um castigo para a sociedade e para os servidores esse corte anunciado. Daí o levante da categoria e essa situação em que ela diz que quer uma gratificação também, porque não deve continuar trabalhando 70h por semana, pois isso afeta, inclusive, a qualidade dos serviços.

Vimos que alguns ou muitos têm emprego em mais de um lugar e que portanto trabalham a maior parte do tempo. E isso afeta a qualidade do serviço e a saúde dos próprios trabalhadores desse setor.

A categoria continua mobilizada, e a expectativa do sindicato é que, antes do dia 23, próxima terça-feira, o governo apresente de fato uma proposta razoável para que se saia desse impasse. Do contrário, desgraçadamente, dia 23 pela manhã recomeça a greve.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, presidente, agradecer a oportunidade e cumprimentar todos os srs. deputados, a sra. Deputada e o público da TVAL.

Primeiro, registro a presença do vice-prefeito Abel da Silva, de Chapadão do Lageado, que prestigia esta Casa hoje, e do vereador José Hilário Melato, de Gaspar, também presidente do Partido Progressista, que muito nos honram com a presença e com a participação assistindo a esta sessão.

Nesta tarde especial gostaríamos, em nome da bancada do Partido Progressista, de ressaltar aqui hoje o dia 15 de outubro, quando há dois anos, em

2010, ocorreu o falecimento do deputado Lício Mauro da Silveira, aos 67 anos, após alguns dias ter conquistado a reeleição para mais um mandato na Assembleia.

O deputado Lício da Silveira fez história em Santa Catarina e nesta Casa com vários mandatos conquistados, com várias ações desenvolvidas nesta Casa. Também na qualidade de presidente da Casan o Lício da Silveira se destacou pelo seu espírito público, pelo seu trabalho sempre em defesa dos interesses da Casan e da Celesc, atuando muito fortemente contra a privatização das duas companhias, quando sofriam ameaças por parte dos governos da época.

O Lício da Silveira também foi professor durante sua carreira profissional na Escola Técnica Federal. Iniciou a vida pública em 1982, mas deixou uma folha de serviços prestados para a sociedade catarinense que orgulha muito todos nós.

O seu compromisso com a educação em Santa Catarina foi referência, tanto é que esta Casa hoje homenageia o professor Lício Mauro da Silveira com o nome da nossa Escola do Legislativo, tendo em vista a sua luta em prol da educação de Santa Catarina. O Lício da Silveira realmente é uma referência política para todos nós.

Queremos aqui homenagear, através da sua pessoa, a sua família, o legado que deixou para Santa Catarina e também para o Partido Progressista.

Por isso, a nossa homenagem em nome de todos os nossos deputados da bancada, como dos demais colegas desta Casa, pelo trabalho desenvolvido pelo deputado Lício da Silveira, que há dois anos deixou todos nós, cuja passagem por vários mandatos nesta Casa muito engrandeceu o trabalho de todos os deputados estaduais de Santa Catarina.

Então, ao completar dois anos, fica aqui a homenagem de todos nós a esse grande deputado que foi Lício Mauro da Silveira.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois, não, deputado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado José Milton Scheffer, apenas quero enaltecer o seu pronunciamento em relação ao nosso grande líder que deixou a sua marca, que deixou os seus feitos na Assembleia Legislativa e também em Santa Catarina.

Ainda nos últimos dias viajou conosco para a Argentina, juntamente com o nosso colega deputado Nilson Gonçalves, e em breve nos deixou. Mas quero enaltecer pela lembrança desta data tão importante e também pelo seu pronunciamento lembrando a história que Lício Mauro da Silveira construiu não só na Assembleia, como disse, mas também para o estado de Santa Catarina, para os catarinenses, pela sua coerência, pela sua fidelidade, pela sua solidariedade principalmente com a coisa pública, em especial às empresas por onde trabalhou e na Assembleia. É uma lembrança que merece com certeza todos os anos recordar nesta Casa.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço ao nosso grande líder e nobre deputado Silvio Dreveck e incorporo o seu pronunciamento ao nosso.

Quero aproveitar para fazer algumas considerações sobre o aeroporto de Jaguaruna, que está praticamente concluído. Toda a infraestrutura nos próximos dias encontrar-se-á concluída. As esteiras do terminal de passageiros já foram instaladas. O acesso da BR-101 até o trevo do aeroporto já está totalmente concluído. Já está aberto ao tráfego. Os demais equipamentos estão todos adquiridos, apenas estão aguardando a escolha da empresa que irá administrar o aeroporto de Jaguaruna, e a partir daí há todas as condições de entrar em funcionamento. Faltam apenas alguns detalhes na questão do estacionamento e retoques finais na parte elétrica do aeroporto, que está encaminhada.

Agora, queremos aproveitar a tarde de hoje para reivindicar ao governador Raimundo Colombo que assine de uma vez por todas o edital para que se possa contratar a empresa que irá administrar o

aeroporto e até o final do ano possamos contar em Santa Catarina com o aeroporto funcionando para receber os turistas e atender aos negócios do sul do estado, que estão na espera desse aeroporto e também da conclusão da BR-101.

Esse aeroporto é um sonho antigo de todos nós, principalmente da população de Tubarão, de Criciúma, que aguarda ansiosa a assinatura do edital para a contratação da empresa que deve nos próximos anos administrar o aeroporto. O sul do estado não está sendo servido por nenhuma companhia aérea já há mais de quatro anos, tendo em vista que a TAM deixou de operar voos na cidade, prejudicando muito o desenvolvimento, o deslocamento das pessoas, dos empresários do sul do estado, para outras partes do país.

E para o funcionamento do aeroporto de Jaguaruna, um investimento feito pelo governo do estado, aguardamos apenas a assinatura do edital. O governador Raimundo Colombo é um cumpridor de compromissos, tem mostrado isso no sul de Santa Catarina, e temos certeza de que nos próximos dias seremos brindados com essa grande notícia que será o lançamento do edital, coroando o projeto do aeroporto de Jaguaruna aguardado pela população do sul do estado por muito tempo.

Fica aqui o registro em nome da população de Santa Catarina e o pedido para que o governador dê a cartada final.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, de Blumenau, por 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a audiência que ocorreu hoje pela manhã com o prefeito de Navegantes, reeleito, e com a vereadora Maria Flor, quando oficializamos a parceria do governo do estado, através da secretaria da Saúde, na entrega de alguns

equipamentos, ferramentas médicas, para o hospital municipal de Navegantes, basicamente um tomógrafo e um mamógrafo, equipamentos que ultrapassam a casa de R\$ 1 milhão.

Trata-se de uma parceria do governo do estado com o município de Navegantes, que atenderá a toda a região. O deputado Jorge Teixeira, que é médico, sabe muito bem da necessidade e da importância dessas ferramentas em uma unidade hospitalar que atende também à população de Penha, de Piçarras, de Barra Velha, enfim, dos municípios da região litorânea que até pelo esgotamento do hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, acabam se deslocando para Navegantes para serem atendidos.

Quero registrar a nossa satisfação em poder protocolar de forma até física, fazendo a entrega desses equipamentos à comunidade e à prefeitura de Navegantes.

Sr. presidente, srs. deputados, há muito tempo abrimos um debate, nesta Casa, e eu quero retomar, inclusive, deputado Carlos Chiodini, v.exa. que é presidente da comissão e Educação, da qual também faço parte, acredito que v.exa., até parece que está na pauta de hoje, debater um projeto de sua autoria sobre curso a distância e a possível parceria do governo do estado para bolsa de estudos para alunos de curso a distância.

Mas o que eu quero levantar, hoje, no debate, até instigado pela matéria publicada num dos jornais do estado é o seguinte: a investigação na Polícia Militar que apura uso de diplomas falsos.

A matéria traz uma denúncia de que, provavelmente, 79 policiais que ingressaram na Polícia Militar, nos últimos meses, estão sendo investigados por terem utilizado diplomas falsos, e outros 45 bombeiros militares estão sob suspeita de irregularidades.

Quero levantar dois questionamentos: primeiro, eu já coloquei a minha posição e quero ratificá-la de que eu sou contrário ao curso superior para o ingresso como pré-requisito para o concurso na Polícia Militar. A minha opinião é muito modesta, mas muito pontual. Eu entendo que o policial militar precisa, sim, ser bem treinado e estar bem

equipado, não há necessidade de um curso superior para ingressar na Polícia Militar. E aí temos essa enorme defasagem, hoje, nos nossos cursos preparatórios, nas academias, quer da Polícia Militar ou dos bombeiros, talvez até porque o salário não seja tão atrativo assim e ainda há a necessidade de um curso superior.

O que me causa certa indignação é que esses policiais, esses 79 policiais militares que, hoje, a imprensa noticia que estavam envolvidos no esquema que veio lá de Roraima, curso a distância, foram aprovados, pasmem os senhores, deputado Jorge Teixeira, num curso de Teologia.

Sou professor nesta área há 20 anos, ministro disciplina de Hermenêutica e tenho todo um carinho por aqueles que militam na área da Teologia. Mas eu faço uma pergunta aos senhores catarinenses, aos senhores deputados: do que valerá um curso de Teologia para os nossos policiais militares? Pior! Um curso que está sob suspeita de irregularidades, feito a distância, o diploma veio de Roraima, não se sabe bem como é que foi a história, enfim, Polícia Federal, Ministério Público, estão apurando, devem levar dois meses para fazer essa apuração, sob pena, por exemplo, nós em Blumenau que recebemos 30 policiais militares, de termos, quem sabe, alguns desses policiais exonerados, expulsos da corporação em decorrência de toda essa celeuma.

Infelizmente, esse curso, segundo o jornal, foi ministrado na cidade Blumenau, curso superior em Teologia, mas que não tinha a devida autorização do Ministério da Educação. Então, primeiro fica aqui o lamento por essa situação, até delicada.

Eu não acredito que tenha havido má fé por parte dos nossos militares. É bem provável que caíram no conto do vigário, nesta perspectiva. Mas por outro lado vem à tona mais uma vez esse questionamento da necessidade de um curso superior para que se ingresse numa academia da Polícia Militar ou de Bombeiros. Repito que para mim é suficiente e o que é de fato importante e necessário é que esse policial, esse servidor de

Segurança Pública, seja de fato bem treinado e seja bem equipado.

Eu conversava há pouco com o deputado Sargento Amauri Soares, e lamento que ele não esteja aqui neste momento, mas dizia-me que também há suspeita de outros cursos na área de tecnologia principalmente, que foram oferecidos no estado de Santa Catarina, por causa dessa obrigatoriedade que se instituiu no estado de Santa Catarina. Eu não estava aqui naquela época, mas passou provavelmente pela Assembleia Legislativa a aprovação desse requisito, parece que faz dois anos e meio, mas acho que todos nós de são consciência devemos rever esse critério para que primeiramente tenhamos de fato uma perspectiva de acesso desses policiais militares.

Eu ouvia outro comentário nessa manhã sobre esse assunto quando falava com uma pessoa que estava aqui na Assembleia Legislativa e que me dizia que em Blumenau algumas universidades estão baixando o requisito e a própria Polícia Militar está aceitando, a média cinco baixando para quatro para estar apto para o concurso público da Polícia Militar.

Então, de que vale isso? Qual é validade desse requisito? Por isso, o meu questionamento e acredito que esse é um debate que precisa ser fomentado e enriquecido nesta Casa. E vamos levar, sim, essa preocupação ao comando da Polícia Militar e quiçá um novo projeto passe por esta Casa, para que possamos evitar vexames como este em que mais uma vez tem que ser submetido a um inquérito a nossa Polícia Militar por causa de diplomas falsos e, com toda a modéstia, diria, um curso desnecessário para a Polícia Militar, como é esse caso aqui do curso oferecido por uma universidade de Teologia do estado de Roraima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos acompanham aqui no plenário, pela TVAL e Rádio Alesc Digital, volto à tribuna para tratar de um assunto do qual sou defensor, uma das bandeiras de nosso mandato, que é a modalidade de ensino a distância, conhecida também como EAD, e os seus impressionantes números e também motivações e ações concretas, como a que vou discorrer que estamos apresentando para aperfeiçoar e incentivar, deputado Ismael dos Santos, essa modalidade que tanto cresce no nosso Brasil, especialmente em Santa Catarina.

Pouco antes do período eleitoral apresentei, nesta Casa, até por sugestão da Associação Catarinense dos Estudantes de Ensino a Distância e também por algumas universidades e faculdades, o Projeto de Lei Complementar n. 0012/2012, que altera o art. 2º, da Lei Complementar n. 281, do ano de 2005, que regulamenta o art. 170 e os arts. 46 e 49 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Estadual, que destina bolsas de estudo para os alunos do ensino superior presencial.

E destacando esse tema, conforme venho fazendo frequentemente, gostaria de relembrar alguns dados que já tivemos a oportunidade de apresentá-los nesta tribuna. O censo do ensino superior e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enad, mostram que a educação a distância é o principal fenômeno, deputado Sandro Silva, da expansão e inclusão social com qualidade no ensino universitário.

É o segmento com maior crescimento ao longo da última década, chegando em 2009 a mais de 850 mil alunos. É importante frisar que o perfil do aluno do ensino a distancia concentra-se nas classes c e d, que são beneficiados com mensalidades mais baixas na educação a distancia, com descontos de até 75% em relação ao mesmo curso muitas vezes do ensino presencial. E pelo fato de poder estudar com flexibilidade de horário e local sem

prejudicar os compromissos familiares e profissionais. Na verdade o aluno a distância é um trabalhador que conseguiu voltar a estudar. Por isso deve ter o nosso apoio e principalmente o respeito.

Os resultados do Enad apontam que os alunos a distância têm desempenho até mesmo superior aos de estudantes do ensino presencial.

O objetivo do nosso projeto de lei é incluir a concessão de bolsas de estudo aos alunos do curso superior no ensino a distância também, como já é de direito e tradição, podemos dizer, pois há anos no estado de Santa Catarina temos esse apoio governamental para os alunos do ensino presencial.

No Brasil aproximadamente 16% das matrículas do ensino superior são de alunos dessa modalidade. Se computarmos os cursos livres, tecnológicos, pós-graduação e outros afins, superam dois milhões de brasileiros que se utilizam dessa nova ferramenta educacional, sem contar os milhares que se formaram nos últimos anos utilizando-se da possibilidade do ensino a distância.

O estudo feito pelo Inep, órgão de credibilidade conhecida, mostrou que a nota média dos alunos a distância nos cursos de Administração, Pedagogia, Matemática e Serviço Social foi 6,7 pontos maior em relação aos mesmos colegas do ensino tradicional.

O estado de Santa Catarina por sua vez é uma referência nacional em pioneirismo de qualidade na educação a distância. Desde 1995, a UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, através do laboratório do ensino a distância, é pioneira nesse caso. A Unisul, o campus Unisul virtual é líder em educação *on line*. O Centro Universitário Leonardo Da Vinci, Uniasselve, é uma instituição também líder na educação a distância baseada na oferta através de polos de apoio presencial. Ainda atua com destaque na educação a distância a própria Furb, a Univali, a UNC, o Senae, o Senac e a nossa Udesc, também pioneira no ensino do curso de Pedagogia.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Deputado Carlos Chiodini, quero parabenizar v.exa. pelo tema e contribuir.

A minha esposa concluiu esse ano a Faculdade de Pedagogia pela Uniasselve. Ela fez o ensino a distância justamente por essa flexibilidade, porque não paramos em casa, porque temos um filho pequeno e pela flexibilidade.

Existe muito preconceito nessa questão do ensino a distância, porque as pessoas pensam que no ensino a distância o aluno não estuda. Mas estuda tanto quanto ou até mais do que aqueles que estão no ensino presencial.

Eu sou testemunha do quanto ela estudava, fazia os trabalhos em casa e tinha que tirar um tempo dos afazeres de casa para poder estudar. E às vezes o preconceito vem até do poder público também. Por exemplo, algumas prefeituras como em Joinville não aceitam pessoas que tenham passado no concurso com o diploma do curso a distância.

Essa sua bandeira é elogiável. E precisamos fazer com que o poder público e o sistema privado entendam que as pessoas que estudam no ensino a distância e também no tecnólogo, aquele ensino de curta duração, também têm a mesma capacidade daqueles que passam quatro anos, cinco anos na sala de aula.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado, deputado Sandro Silva, pelo aparte, e o mais importante pelo testemunho familiar da eficiência e da democratização do ensino a distância.

A deputada Dirce Heiderscheidt também nos acompanhou no ano passado como proponente de uma audiência pública, levantando essa problemática da discriminação, ela que também é aluna do ensino a distância de Serviço Social, da dificuldade desses alunos conseguirem o próprio estágio em algumas prefeituras para a conclusão do curso.

Mas continuando, atualmente em Santa Catarina já são mais de 40 mil matriculados nessa modalidade, aumentando aproximadamente em grandes números todo ano, chegando a 100 mil alunos,

contando os cursos de pós-graduação e afins. Com isso, acreditamos ser uma discussão importante no crescimento das oportunidades e evolução da graduação superior.

A alteração da lei já está em tramitação e encontra-se no gabinete do deputado Edison Andrino para análise na comissão de Constituição e Justiça, e esperamos que possa tramitar o mais breve possível.

Sem dúvida alguma, cidadãos que residem e trabalham em nosso estado, esses 40 mil já alunos e frequentadores dessa modalidade, são cursos devidamente autorizados, deputado Ismael dos Santos, pelo ministério da Educação, que possibilitam acesso em cidades onde a universidade presencial não iria chegar que não fosse por meio do ensino a distância, pelo meio dos polos presenciais.

De acordo com o nosso projeto, estes são cursos regulares como outros cursos nas instituições presenciais, até por se tratar de contribuintes catarinenses que trabalham, geram renda, ajudam a desenvolver o nosso estado, ainda mais por ter sido aprovado por unanimidade.

A Lei n. 14.963, de três de dezembro de 2009, deputado Sandro Silva, foi sancionada pelo então governador Luiz Henrique da Silveira. Esta lei proíbe a discriminação dos alunos do ensino a distância em todos os níveis, principalmente por quem deve dar o exemplo, que é o poder público, a exemplo de algumas prefeituras que ainda promovem essa discriminação.

Não existe qualquer sentido em alijar esses cidadãos que tiveram comprovada a carência ou a falta de oportunidade para participar do curso presencial. Então, que tenham o direito de participar da distribuição dos recursos do artigo 170 da Constituição do nosso estado.

Por isso, sr. presidente, vamos verificar pessoalmente o andamento desse projeto, acompanhar, continuar levantando a bandeira do ensino a distância e defendendo os interesses dos alunos dessa modalidade muitas vezes, como aqui já foi colocado, de maneira discriminada, mas que sem

dúvida alguma é o maior fenômeno de inclusão educacional nos últimos anos no Brasil.

Santa Catarina tem uma história nesse sentido que precisa e deve ser respeitada, e vamos continuar a defender essa bandeira, com toda ênfase, na busca de melhorias e no auxílio ao acesso ao ensino superior para as pessoas que realmente precisam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Encerrado o horário reservado aos Partidos Políticos.

Para entrar no horário reservado à Ordem do Dia, ainda faltam dez minutos, e de acordo com entendimento entre lideranças, somente entraremos no horário reservado à Ordem do Dia exatamente às 16h, para que os deputados que se encontram nos gabinetes possam vir ao Plenário.

Respeitando esse acordo a sessão será suspensa até as 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0167/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0400/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Da mesma forma, esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s 0905/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0906/2012, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Pedido de Informação n. 0070/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes à recuperação da rodovia

SC-283, no trecho da BR-153, entre os municípios de Concórdia, Seara, Chapecó e São Carlos, conforme previsto na Lei n. 15.723/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0071/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre em quais municípios os guardas municipais têm a responsabilidade pelo policiamento de trânsito mediante convênio firmado com o governo do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0072/2012, de autoria da deputada Ana Paula, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre o valor e o objeto do contrato firmado com o Instituto Alfa e Beto, de Minas Gerais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há um pedido de suspensão desta sessão para que o sr. Tito Schmidt, presidente da Aemflo, discorra sobre a campanha a respeito da alça de contorno da BR-101.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Sra. deputada e srs. deputados, alguém deseja se manifestar?

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente e srs. deputados, reforçando a manifestação do nosso presidente da Aemflo, quero dizer que a minha residência, em São José, é perto da Polícia Rodoviária Federal. Antigamente, eu dizia que morava a cinco minutos do centro de Florianópolis. Atualmente eu moro exatamente no mesmo lugar e digo que moro a duas horas do centro de Florianópolis.

Portanto, eu acho que esse projeto de contorno, que é fundamental para a Grande Florianópolis e para a população como um todo, tem que ser levado mais a sério.

Eu acho que tem que ser discutido com as autoridades competentes. Se tem área que já estava prevista para desapropriação, e houve até loteamento deferido em cima deste local, acho uma irresponsabilidade de quem fez isso.

Sra. presidente, só para ressaltar a importância desse projeto e desse movimento para a Grande Florianópolis e para o estado de Santa Catarina, falava até a presidente do movimento que a ideia era fechar a BR-101 na região de Palhoça e na região de Biguaçu durante três horas, para que o trânsito pudesse circular normalmente aqui na Grande Florianópolis, para que o cidadão pudesse sentir o que significa esse contorno viário.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos nem oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, especial, para hoje às 19h.

Está encerrada a sessão.